



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos
Secretaria Executiva da CONASQ

MEMÓRIA DA XVII REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ
Sala de Reuniões do Centro de Treinamento do Ibama, 6º andar
Brasília-DF, 06 de abril de 2005. Horário: 10h às 18h

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
ABIQUIM	Marcelo Kôs Silveira Campos Marta M.F. Laudares de Almeida
ANVISA	Luiz Cláudio Meirelles Ana Maria Vekic
CUT	Fernando César Aludres
FBOMS	Jeffer Castelo Branco
FUNASA	Gilson Spanemberg
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho
IBAMA	Adriana A. Maximiniano
MAPA	Júlio Sérgio de Britto
MCT	Márcia dos Santos Gonçalves
MDIC	Júlio César Baena
MMA	Victor Zular Zveibil Marília Marreco Cerqueira
MT	Ieda M. Neiva Rizzo
OPAS/OMS	Diego Gonzalez
SEC. EXEC. DA CONASQ	Marisa Zerbetto André Santos Junqueira
UnB	Taís Pitta Cotta

Observadores e/ou convidados:

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
MS / AISA	June Müller
MMA / ASIN	Larissa Schimdt
FUNDACENTRO	Arline Sydneia Abel Arcuri
MS / COSAT	Elio Lopes dos Santos
MMA / SQA	Kênia Godoy

Itens da Pauta:

1.Abertura.

A reunião foi iniciada pelo Sr. Presidente da CONASQ Victor Zular Zveibil, Secretário de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente, que sugeriu que fosse feita uma rodada geral de apresentação dos

participantes da reunião, tendo em vista que alguns desses participavam pela primeira vez, o que se deu na seqüência.

2. Aprovação da Pauta.

A pauta proposta foi apresentada e aprovada.

3. Aprovação da Memória da XVI Reunião Ordinária.

A memória foi aprovada na íntegra.

4. Reunião do Conselho de Administração do PNUMA – comentários;

A Sra. Marília Cerqueira, representante do MMA, relatou, inicialmente, os avanços ocorridos na reunião do Conselho de Administração do PNUMA ocorrida em Nairobi / Quênia no tema referente a químicos e destacou a participação valiosa das ONG's. Aproveitou para informar que os relatórios da reunião encontram-se disponíveis no sítio do PNUMA.

Esclareceu que nas discussões foram definidos dois encaminhamentos: a) Processo do SAICM; b) Mercúrio e metais.

Sobre este último item (mercúrio), relatou que as discussões concentram-se em duas vertentes: a proposta dos E.U.A, restrita à formação de parcerias; e de países da Europa, que propunham o estabelecimento de banimentos e reduções para determinados usos do mercúrio. O Grupo do G-77 propôs, então, que seria admissível trabalhar com a idéia das parcerias, desde que as mesmas se direcionassem para determinadas metas de redução e controle. A decisão do Conselho reflete essa posição defendida pelos países em desenvolvimento.

Em relação a chumbo e cádmio decidiu-se por iniciar um processo de avaliação das implicações globais em termos de saúde e meio ambiente desses dois metais, adotando-se procedimento semelhante ao adotado para mercúrio (criação de um grupo de perito).

No tocante ao metal mercúrio, a representante do MMA informou que o PNUMA estará recebendo propostas de projetos, de preferência com abrangência regional, até setembro e, portanto, há a necessidade dos países interessados elaborarem as propostas. Foi lembrado por ela que o Programa de Trabalho do Sub-Grupo 6 – Meio Ambiente do MERCOSUL inclui o tema mercúrio, mas que não há, ainda, uma definição de qual projeto e quais ações serão prioritárias.

O Sr. Presidente da CONASQ salientou o fato das discussões poderem levar à criação de uma convenção para o mercúrio e posteriormente ao chumbo e cádmio.

A representante do MMA propôs a criação de um GT/CONASQ para tratar das prioridades do mercúrio. Esses assuntos também deveriam ser abordados a nível do Mercosul, com a elaboração de uma pesquisa sobre a sua utilização nos países membros. O GT proporia projetos com abrangências regionais, os quais possuem maior aceitação, em detrimento dos nacionais. Na ocasião os representantes do MTE, MRE, MS, ABIQUIM, MME, FBOM, OPS, UnB, CUT, IBAMA, MCT e MT manifestaram interesse em participar do GT. Foi lembrado o nome da Dra. Cecília Zavariz, da DRT/SP, a qual possui um grande trabalho na área.

Elio Lopez, convidado do Ministério da Saúde a participar da reunião, informou que a indústria siderúrgica polui com mercúrio muito mais do que a

indústria de cloro-soda, pois, apesar da concentração no efluente ser menor naquela a sua vazão é muito maior.

A representante da UnB reafirmou a sua disposição em trabalhar na questão do Hg, haja vista a sua participação nos trabalhos da UNEP onde representou o Brasil.

A representante do MMA lembrou que o MMA já vem trabalhando, em parceria com a Embaixada dos E.U.A. no Brasil e a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), na criação de um Portal Mercúrio para a Bacia Amazônica, no âmbito de um projeto regional voltado às questões do uso de Hg em garimpos de ouro.

5. Subsídios para a participação do Brasil nos seguintes eventos:

- 2ª Consulta Regional da Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM);

A representante do MMA informou que a Suíça está financiando a reunião do GRULAC, e outras regionais, sendo que essas reuniões preparatórias também estão ocorrendo em outras regiões com bastante antecedência e que as questões do SAICM, em relação ao GRULAC, estão mais enfocadas nos assuntos regionais.

Continuou expondo que três grandes encaminhamentos são esperados em termos do SAICM: a) Declaração ministerial de alto nível a ser assinada em 2006; b) Política de Estratégia Global; e c) Medidas Concretas. Com relação aos temas Medidas Concretas e Estratégias de Política Global salientou a sobreposição que estão ocorrendo entre os dois, e da ausência de discussões de tópicos essenciais, como a questão relacionada aos mecanismos financeiros. Considerou importante que se proponha algo sobre isso por meio do GRULAC.

No que se refere ao tema Medidas Concretas, foi lembrado que a África possui uma proposta e há um documento do PNUMA com uma matriz, na qual existe um grande número de ações. A representante do MMA colocou a opção de reduzir-se o número de medidas propostas para assegurar que haja mais condições para que elas sejam viabilizadas.

O representante do MRE considerou mais importante se usar os três dias da reunião do GRULAC na preparação de uma proposta da região. Não se deveria usar esses dias só para tratar do SAICM. Expôs que para o Brasil, sob o ponto de vista político o desejo é que o SAICM não se torne um grande guarda-chuva, ao qual se subordinem as convenções.

A representante do MMA ressaltou que as convenções representam compromissos concretos e asseguram condições para a implementação de ações concretas e de legislações nacionais. Citou o FISQ como exemplo, onde existe algo concreto mas não possui garantias para sua implantação, inclusive quanto à obrigatoriedade e compromisso dos países.

O representante da ABIQUIM avisou que a agenda da reunião em Punta del Este já estava fixada e mencionou o fato do primeiro dia ser aberto a todos organismos, ao passo em que no segundo e o terceiro dias os trabalhos estariam restritos aos representantes de governos. A representante do MMA, bem como o representante do MRE, disseram não ter conhecimento da metodologia prevista para a reunião.

O Dr. Henrique Brandão Cavalcanti lembrou que há documentos disponíveis para a reunião, dentre os quais, o elaborado por ocasião da Reunião Regional Prepcom-2. Questionou as prioridades do Fórum para a América Latina, as quais são a base do SAICM. Reconheceu que os acordos financeiros estão voltando ao processo bilateral de cooperação internacional. Anunciou a criação pelo FISQ de uma comissão para avaliar o motivo de os países em desenvolvimento não estarem cumprindo seus compromissos. Essa comissão se reunirá pela primeira vez em junho, na cidade de Teerã, e poderá tratar dos mecanismos financeiros.

O representante do FBOMS destacou que o SCAIM é importante para proporcionar informações ao grande público sobre riscos a que estão sujeitas frente ao grande número de substâncias químicas em uso e para viabilizar o conhecimento sobre muitas dessas substâncias sobre as quais ainda pouco se conhece.

A representante do MMA sugeriu que fossem centradas em dois temas as discussões preparatórias para a reunião do GRULAC, “Política de Estratégia Global” e as “Medidas Concretas”. Em relação à “Estratégia Global”, disse que os países em desenvolvimento solicitaram a inclusão do tráfico ilícito, mas a existência de NCM’s muito genéricas dificulta o controle. Apesar de o controle ser prioritário não existem instrumentos para efetivá-lo. Ela entende que o GEF não vai poder sustentar todo o custo financeiro das convenções.

O representante do MRE ressaltou que o Brasil, Índia e China são apontados como novos países doadores. A representante do MMA lembrou que a Inglaterra não trabalha mais com cooperação bilateral e sim regional, e que a iniciativa privada poderia ser um dos contribuintes. O representante da ABIQUIM esclareceu que a participação da indústria significaria o repasse dos custos para a sociedade, pois a indústria é uma prestadora de serviços.

O representante do FBOMS sugeriu a inclusão do Ministério da Justiça na CONASQ com o objetivo de se formular legislações referentes ao tráfico ilegal, as quais serviriam para punir quem descumprisse, por exemplo, a Convenção de Estocolmo. O representante do MDIC salientou que a capacitação das aduanas é muito importante para coibir o tráfico ilícito. A representante do MMA disse que o controle deve ser realizado na saída das mercadorias.

O representante da ABIQUIM também sugeriu a realização de uma reunião, no âmbito da CONASQ, para análise dos documentos referentes à “Política de Estratégia Global” e as “Medidas Concretas” com o objetivo de se levar para a reunião do GRULAC questões de maior relevância, de modo a não se repetir no SAICM os erros do FISQ. A representante do MMA ponderou não haver tempo para a realização das reuniões. O representante da FUNDACENTRO argumentou a falta de prazo para ler os documentos. A representante do MMA sugeriu o dia 15/04/05 para a realização de uma reunião com o objetivo de discutir as “Medidas Concretas”, o que foi aceito. O representante da ABIQUIM sugeriu a leitura dos documentos canadenses e chineses nos quais se buscou uma conformação ao SAICM, com a divisão dos assuntos que podem ser realizadas em fases diferentes.

- 1ª Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo.

Kênia Godoy, funcionária do MMA convidada a participar da reunião, fez um relato sobre as ações que vêm sendo realizadas com vistas à elaboração do plano nacional de implementação da Convenção de Estocolmo. Em seguida, iniciou a exposição sobre os encaminhamentos relativos à COP1, na qual serão apresentadas, pelo Secretariado Interino da Convenção, informações sobre as realizações do Comitê Intergovernamental de Negociação que vem atuando desde a Conferência dos Plenipotenciários da Convenção de Estocolmo realizada em 22 e 23 de maio de 2001.

Ela explicou que todas as ações realizadas durante o período interino para o cumprimento das obrigações da Convenção, serão submetidas à COP1 para decisão. Kênia esclareceu que dentre as várias matérias para consideração ou ação pela Conferência das Partes, algumas são prioritárias para discussão e posicionamento brasileiro, conforme reunião ocorrida no MRE, realizada no dia 23/03/05, sendo elas:

- a) Documento COP 1/6: Processo de revisão para entrada no registro de exceções específicas. Kênia informou que dois países pediram exceção para o Mirex e o Clordane. O representante do MRE lembrou a necessidade da especificação dos pontos mais importantes para o Comitê de Revisão.**
- b) Documento COP 1/8: Guia sobre as melhores técnicas disponíveis e melhores práticas ambientais.**
- c) Documento COP 1/9: Adoção do Toolkit Padronizado para identificação e quantificação das liberações de dioxinas e furanos**
- d) Documento COP 1/11: Adoção das Diretrizes Técnicas para a gestão de ambientalmente saudável de resíduos de POPs, formulado pelo Secretariado pela Convenção de Basiléia. Kênia ressaltou a necessidade de encorajar as Partes para que adotem as diretrizes, visto que no documento está dito que elas foram aprovadas na última Convenção de Basiléia.**
- e) Documento COP 1/14: Termos de referência para o Comitê de Revisão de POPs**
- f) Documento COP 1/25: Regras de procedimento para a Conferência das Partes e seus órgãos subsidiários. O representante do MRE lembrou da regra 45: “quando não há consenso se vai a votação”.**
- g) Documento COP 1/27: Estudo de viabilidade sobre os centros regionais e sub-regionais para capacitação e troca de informação. O representante do MRE informou que o Brasil se candidatou para sediar o centro regional.**

O representante do FBOMS entregou uma proposta de oficina de preparação para a COP1 e outros documentos sobre a transferência de resíduos de POP's à Secretária Executiva da NONASQ.

6. Outros assuntos:

- Definição do calendário de reuniões de 2005

Ficaram definidas as seguintes datas para as próximas reuniões ordinárias:

- 22 de junho
- 24 de agosto
- 01 de dezembro

-Outros:

O representante da FUNDACENTRO informou a realização de oito eventos até o final do ano, os quais contam com a coordenação da FUNDACENTRO, CGVM/MS e Defesa Civil.

A representante MCT noticiou que no dia 28/04/05 aquele Ministério realizará um evento sobre a “Convenção de Armas Químicas e suas implicações no setor empresarial”.

O representante do FBOMS convidou os membros da CONASQ para participarem do “Tribunal do Amianto” a ser realizado no dia 28/04/05. Ele também solicitou uma hora na próxima reunião para falar sobre amianto.